

**ESTADO DO PIAUÍ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROCURADORARIA-GERAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA PREAMBULAR

2007

GRUPO I - A - DIREITO PENAL

01. Considerando as seguintes proposições:

I - A teoria da *conditio sine qua non*, adotada pelo Código Penal brasileiro, é suficiente para explicar todas as situações de atribuição de resultado delituoso a determinado agente.

II - Para a teoria normativa pura, a culpabilidade constitui juízo de censura.

III - A tentativa perfeita e a desistência voluntária são categorias que podem ser consideradas como sinônimas.

IV - As discriminantes putativas podem ocorrer tanto em relação a pressupostos fáticos como em relação à existência ou aos limites de uma justificante.

Estão corretas apenas as alternativas

- (A) I, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, IV e V.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e V.

02. Considere as seguintes proposições:

I - O médico que fornece atestado com conteúdo falso comete o crime de falsidade ideológica.

II - A prescrição, depois de a sentença condenatória transitar em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, extingue a pretensão executória.

III - Com a desclassificação do delito da competência do Tribunal do Júri para a causa suspensiva da prescrição.

IV - O crime de tráfico de entorpecentes constitui crime de perigo concreto.

Estão corretas apenas as alternativas

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I.

03. Considere as seguintes proposições:

I - A culpabilidade expressa um aspecto ético do delito.

II - Se ao condenado sobrevém doença mental, deverá ser recolhido a hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, a outro estabelecimento adequado.

III - Nos crimes ambientais tipificados na Lei nº 9.605/98, a responsabilização penal das pessoas jurídicas exclui a responsabilidade penal das pessoas físicas autoras ou partícipes dos mesmos fatos.

IV - A coação moral irresistível constitui hipótese de *vis absoluta*.

Estão corretas apenas as alternativas:

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) II e IV.

04. Funcionário público, valendo-se da qualidade da facilidade que proporciona a ele a qualidade de funcionário público, subtrai, em proveito próprio, bem particular que se encontra na repartição pública e da qual não tem posse.

Considerando a assertiva acima, **assinale a alternativa correta.**

- (A) O co-autor não enquadrável no conceito de funcionário público (CP, art. 327) responderá, necessariamente, por crime contra o patrimônio.
- (B) O funcionário e o co-autor respondem pelo crime de furto.
- (C) Não se trata de crime contra a Administração Pública.
- (D) O co-autor não enquadrável no conceito de funcionário público (CP, art. 327) poderá responder por crime contra a Administração Pública.
- (E) Os crimes contra a Administração Pública não admitem a forma culposa.

05. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O erro de tipo diz respeito a elementos fáticos, ao passo que o erro de proibição concerne a elementos normativos.
- (B) O antigo binômio erro de fato/erro de direito corresponde ao atual erro de tipo/erro de proibição.
- (C) A discriminante putativa não permite a punição por crime culposos.
- (D) Sujeito que adentra em compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão, sem a permissão e contra a vontade de quem de direito, mas acreditando ser lícita a entrada ainda que em desacordo com a vontade do profissional que exerce sua profissão no local, por supor não se tratar de "casa", do ponto de vista jurídico, incorre em erro de proibição relativamente ao crime de violação de domicílio.
- (E) O objeto do erro de tipo é o tipo objetivo.

06. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O dolo normativo corresponde ao dolo natural.

- (B) É possível aplicar-se a causa de diminuição de pena denominada arrependimento posterior nos casos em que haja violência à pessoa.
- (C) Advindo lei nova mais grave ao agente durante o período em que a vítima estiver mantida em cativeiro, no caso do crime de extorsão mediante seqüestro, deverá a lei mais grave ser a aplicada.
- (D) É possível haver tentativa do crime continuado como tal.
- (E) Nos crimes tributários, havendo pagamento da dívida antes da denúncia, será aplicada a regra do art. 16 do CP, que prevê abrandamento da pena, visto tratar-se de crime sem violência à pessoa.

07. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Nos crimes contra os costumes, o casamento do agente com a vítima é causa de extinção da punibilidade.
- (B) Funcionário público que comete crime contra a Administração Pública responderá criminalmente pelo fato praticado, ainda que sua nomeação seja anulada, fazendo-o perder a qualidade de funcionário público.
- (C) De acordo com a nova Lei de Drogas, quem traz consigo substância entorpecente para uso próprio não responde criminalmente.
- (D) Pela doutrina finalista da ação, comportamento humano pode ser definido como o movimento voluntário causador de uma alteração no mundo exterior.
- (E) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a pena de morte.

08. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) É possível haver legítima defesa de legítima defesa, a fim de propiciar-se uma melhor tutela de bem jurídico pessoal.
- (B) Na legítima defesa, faz-se prescindível o elemento subjetivo do agente (*animus defendendi*) para caracterizá-la, visto que não há previsão legal.
- (C) O particular que prende autor de crime em flagrante delito beneficia-se da justificante estrito cumprimento do dever legal, pois tem a obrigação de efetuar a prisão.
- (D) O estado de necessidade é sempre subsidiário, ao passo que a legítima defesa não o é.
- (E) O exercício regular de direito pode acarretar, em determinadas circunstâncias, a responsabilidade penal.

09. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) As penas restritivas de direitos não são autônomas, mas substituem as privativas de liberdade.
- (B) A pena restritiva de direito pode converter-se em privativa de liberdade no caso de descumprimento justificado.
- (C) São penas restritivas de direito a prestação de serviços à comunidade, a limitação de fim de semana e a prisão domiciliar.
- (D) A pena de prestação de serviços à comunidade não é considerada pena alternativa.

(E) Com exceção da pena de morte, as penas corporais são proscritas no Direito brasileiro.

10. Assinale a alternativa **correta**.

(A) Para que o consentimento do ofendido exclua a tipicidade ou a ilicitude não é necessário que o titular do bem jurídico seja capaz, nos casos em que o bem jurídico for disponível.

(B) O que faz o contrabandista de drogas responder criminalmente pela Lei de Drogas, e não pelo art. 334 do Código Penal, é a aplicação do princípio da especialidade.

(C) Os crimes qualificados pelo resultado correspondem, inequivocamente, aos chamados crimes *preterdolosos*.

(D) O ordenamento jurídico brasileiro não prevê crimes culposos por omissão.

(E) Nos crimes cometidos por culpa consciente, pode o agente aceitar o resultado, em face de tê-lo previsto.

11. Lépidio, exercendo o *munus publico* de inventariante, tomou para si um computador dos bens deixados pelo *de cuius*, e do qual tinha posse em razão da referida condição. Lépidio cometeu, em tese, o crime de

(A) roubo.

(B) desvio de bem.

(C) apropriação indébita.

(D) peculato.

(E) furto qualificado.

12. Assinale a alternativa **correta**.

(A) Ao sujeito que empurra a vítima ao mar e depois tenta salvá-la, sem obter êxito apesar de todos os esforços, vindo esta a morrer, aplica-se o instituto do arrendimento eficaz.

(B) O agente que está na iminência de matar a vítima e que chega a brandir seu punhal, mas abruptamente desiste de seu propósito, tomado por medo, e deixa a vítima ilesa, responde por tentativa de homicídio.

(C) O crime falho corresponde à tentativa perfeita.

(D) O flagrante esperado configura crime impossível.

(E) As contravenções penais admitem tentativa.

13. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Pai que vê o filho menor afogando-se, mas que, podendo socorrê-lo, se nega a tanto, sob o argumento de que o filho precisa "aprender a ser homem" responde pelo resultado morte, no caso de o adolescente vir a falecer.
- (B) Pai que vê o filho menor afogando-se, mas que, podendo socorrê-lo, se nega a tanto, de socorro, sob o argumento de que o filho precisa "aprender a ser homem" responde por omissão de socorro, no caso de o adolescente vir a falecer.
- (C) Os crimes comissivos por omissão não guardam correspondência com os crimes omissivos impróprios.
- (D) Os crimes comissivos por omissão correspondem aos crimes omissivos próprios.
- (E) Os crimes comissivos por omissão não possuem previsão no Código Penal brasileiro.

14. Assinale a alternativa correta.

- (A) O dolo do crime tentado não é o mesmo do crime consumado.
- (B) O dolo natural abrange a consciência da ilicitude.
- (C) Segundo entendimento doutrinário, no dolo de perigo, o agente não admite o dano.
- (D) Na concepção da doutrina finalista da ação, o dolo é o mesmo concebido pela doutrina causal-naturalista.
- (E) O dolo premeditado qualifica o homicídio.

15. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Código Penal brasileiro não prevê crimes de concurso necessário de agentes, pois o concurso de pessoas sempre pressupõe concordância dos participantes.
- (B) O crime de infanticídio constitui hipótese de delito *sui generis*.
- (C) Em termos de imputabilidade penal, o Código Penal brasileiro adota o critério psicológico.
- (D) A coação moral irresistível é causa supra legal de inexigibilidade de conduta diversa.
- (E) No concurso de pessoas, as circunstâncias e as condições de caráter pessoal nunca podem se estender ao co-autor do direito.

GRUPO I - B - DIREITO PROCESSUAL PENAL

16. Assinale a afirmativa correta.

- (A) Em razão das cláusulas constitucionais de reserva da jurisdição, as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a prisão preventiva dos investigados, a expedição de mandados de busca e apreensão domiciliar, a realização de interceptação telefônica e a quebra dos sigilos fiscal e bancário.
- (B) Em todas as fases da persecução penal, o direito a não-auto-incriminar-se em suas declarações está assegurado tão-só aos réus, não se aplicando às testemunhas.

- (C) O crime de genocídio, por ser uma derivação do crime de homicídio, deve ser julgado pelo Tribunal do Júri da Justiça Estadual.
- (D) A designação de magistrado para atuar, de modo genérico, em uma determinada vara criminal, não ofende o princípio do juiz natural, que somente ocorrerá quando a designação for específica e casuística para determinado feito.
- (E) Entre os direitos assegurados ao assistente de acusação estão o de recorrer e o de aditar a denúncia, sempre que discordar dos termos expostos pelo Ministério Público.

17. Assinale a afirmativa correta.

- (A) O brocardo *audiatur et altera parte* é representativo do princípio da oralidade.
- (B) O brocardo *nemo tenetur se detegere* é representativo do princípio do contraditório.
- (C) O princípio da igualdade de armas não está presente, em sua forma absoluta, no processo penal brasileiro.
- (D) Em razão de fazer parte das garantias fundamentais de todo o cidadão, o princípio da publicidade, no processo penal, não comporta qualquer restrição em sua aplicabilidade.
- (E) O princípio acusatório diz respeito à presença, no processo penal, dos princípios da oralidade, publicidade e contraditório.

18. Assinale a afirmativa correta.

- (A) Os sistemas processuais penais são formados por regras e normas de ordem processual penal, deles não fazendo parte os princípios de igual natureza.
- (B) Uma das características do sistema acusatório é o caráter prescindível de um acusador diferente do juiz ao longo de todo o processo.
- (C) A Constituição Federal adota, de forma expressa, o acusatório como sistema processual penal em vigor no Brasil.
- (D) Uma das características do sistema inquisitivo está na possibilidade de um mesmo juiz investigar, acusar, defender o acusado e julgar.
- (E) A definição do sistema processual penal a ser adotado em um país não está diretamente ligada à forma como poderá o juiz atuar ao longo investigação criminal e de todo o processo.

19. Assinale a afirmativa correta.

- (A) Os crimes dolosos contra a vida, praticados por funcionários públicos federais, no exercício de suas funções, deverão ser julgados pelo Tribunal do Júri da justiça estadual.
- (B) Os crimes praticados em detrimento dos bens de sociedade de economia mista federal serão julgados pela justiça federal.
- (C) Compete originalmente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
- (D) A utilização de papel-moeda falsificado de modo grosseiro constitui, em teste, crime de estelionato, a ser julgado pela justiça federal.

(E) As contravenções praticadas contra bens ou interesses da União serão sempre julgados pela justiça estadual, resguardada a competência da justiça eleitoral e militar.

20. Assinale a afirmativa correta.

(A) O prazo para o oferecimento da ação penal privada subsidiária da pública tem seu início a partir do pedido de arquivamento do inquérito policial feito pelo Ministério Público.

(B) Nos crimes contra a honra de funcionário público, relacionados ao exercício de suas funções, a legitimidade para a propositura da ação penal é concorrente, podendo ser ajuizada pela vítima (ação penal privada) ou pelo Ministério Público (ação penal pública), desde que provocado mediante representação do ofendido.

(C) A ação penal, em relação aos crimes de abuso de autoridade, depende de prévia representação do ofendido, sem a qual não poderá agir o membro do Ministério Público.

(D) A *mutatio libeli* se caracteriza pela possibilidade de o juiz dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da ação penal, ainda que, como consequência, tenha que aplicar pena mais grave.

(E) Entre os princípios orientadores da ação penal pública estão a oficialidade, obrigatoriedade, indivisibilidade, indisponibilidade e transcendências.

21. Assinale a afirmativa correta.

(A) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima, mesmo quando o crime tenha sido praticado em razão de costumes e práticas religiosas da tribo.

(B) Compete à Justiça Estadual processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, desde que praticado fora do horário de serviço.

(C) Compete à Justiça Federal processar e julgar crime envolvendo a falsificação de documento de identidade expedido pelo Conselho Regional de Medicina.

(D) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime relativo à falsificação de porte de arma.

(E) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista, pois o interesse lesado é do empregador.

22. Assinale a afirmativa correta.

(A) Em razão do princípio da igualdade de armas, a interceptação telefônica realizada de forma ilícita não pode ser utilizada no processo para demonstrar a inocência do réu.

(B) A chamada "contradita de testemunha" diz respeito à possibilidade de uma das partes inquirir as testemunhas compromissadas e arroladas pelo seu adversário, sobre temas ligados ao mérito do processo.

(C) No processo penal, pode a testemunha manifestar suas impressões e opiniões pessoais sobre os temas afeitos ao processo, desde que autorizada pelo juiz.

(D) A produção antecipada de prova não é admitida no processo penal brasileiro, em razão do ferimento ao princípio de não-culpabilidade.

(E) Se o crime é de resultado, a prova da materialidade somente pode ser feita pelo auto de exame de corpo de delito.

23. Assinale a afirmativa correta.

(A) Nos crimes sujeitos ao procedimento comum, a prisão preventiva, como garantia da instrução criminal, somente pode ser decretada até a fase do artigo 499 do CPP.

(B) Após formalizar a auto de prisão em flagrante, pode a autoridade policial conceder liberdade provisória ao conduzido, com o pagamento de fiança, na hipótese de crime cuja pena seja superior a dois anos e inferior a quatro anos de reclusão.

(C) Na hipótese do artigo 366 do CPP, a revelia do acusado citado por edital legítima, por si só, o decreto de sua previsão preventiva.

(D) Ao examinar pedido de prisão preventiva encaminhado pela autoridade policial, pode o juiz discordar de seus fundamentos e decretar, de ofício, a prisão temporária do investigado em inquérito policial ainda não concluído.

(E) O relaxamento da prisão consiste na decisão judicial que concede ao preso em flagrante o direito à liberdade mediante certas condições.

24. Assinale a afirmativa correta.

(A) Segundo a Lei nº 11.340/2006, antes da remessa das medidas protetivas de urgência ou do inquérito policial, pode a ofendida, nos casos relativos às ações penais públicas condicionadas à representação, manifestar sua renúncia à representação perante a autoridade policial, tornando imediatamente extinta a punibilidade do agressor.

(B) Nada impede que, não exercendo o Ministério Público seu direito à réplica da sessão de julgamento no processo do Tribunal do Júri, possa o defensor do réu vir a exercer seu direito à tréplica.

(C) No crime de lesão corporal simples, mesmo quando praticado como decorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, pode a denúncia ser oferecida de forma oral, em audiência especialmente designada para esse ato.

(D) Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, a defesa tem o direito de se manifestar antes do Ministério Público sobre a recusa do jurado sorteado, o que se constitui em exceção à garantia de que a defesa falará sempre depois da acusação.

(E) Segundo a Lei nº 11.343/2006, uma vez oferecida a denúncia, o juiz ordenará a citação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

25. Assinale a afirmativa correta.

(A) O desaforamento de processo de competência do Tribunal do Júri prescinde da oitava prévia de defesa.

- (B) É absoluta a nulidade do julgamento, pelo Tribunal do Júri, quando os quesitos da acusação não precedem aos quesitos das circunstâncias agravantes.
- (C) É relativa a nulidade do julgamento, pelo Tribunal do Júri, por falta de quesito obrigatório, devendo o prejuízo ser demonstrado pela parte interessada.
- (D) As dificuldades e inconvenientes verificados na remoção de acusado preso não se prestam a justificar o seu não-comparecimento aos atos do processo, em especial à audiência de instrução, sob pena de nulidade do ato, por ofensa ao princípio do contraditório.
- (E) A nulidade absoluta é passível de preclusão, não podendo ser reconhecida pelo juiz ante o silêncio das partes.

26. Assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Os juízos de primeiro e segundo grau não estão impedidos de conhecer a apelação interposta exclusivamente pelo defensor, mesmo que o réu tenha, sem a concordância dele, renunciado ao seu direito de apelar.
- (B) No processo penal, assim como no processo civil, o prazo em dobro para recorrer é concedido à Defensoria Pública, aos defensores dativos e ao Ministério Público.
- (C) O princípio da fungibilidade recursal se aplica no processo penal, desde que o recurso tenha sido interposto de forma tempestiva, e o equívoco na interposição tenha se dado por erro grosseiro.
- (D) No processo penal, os recursos que admitem juízo de retratação são o recurso em sentido estrito e a correição parcial.
- (E) A carta testemunhável possui efeito suspensivo, e somente poderá ser interposta nos casos de não-admissão de recurso.

27. Assinale a afirmativa correta. Nos crimes de imprensa, contra a decisão que recebe a denúncia

- (A) cabe apelação, com suspensão do processo.
- (B) cabe apelação, sem suspensão do processo.
- (C) cabe recurso em sentido escrito, com suspensão do processo.
- (D) cabe recurso em sentido escrito, sem suspensão do processo.
- (E) não cabe recurso.

28. Assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O prazo para a interposição de apelação, nos processos de competência do Juizado Especial Criminal, é de cinco dias.
- (B) Nos processos de competência do Juizado Especial Criminal, o autor do fato que se nega a transacionar com o Ministério Público não tem direito à suspensão condicional do processo, caso seja oferecida a denúncia.
- (C) Como a oralidade se constitui em um dos princípios reitores do Juizado Especial Criminal, a denúncia deve sempre ser oferecida oralmente.
- (D) Nos processos de competência do Juizado Especial Criminal, está o juiz autorizado a revogar a suspensão condicional do processo, mesmo após o

término do período de suspensão fixado ao acusado, desde que o descumprimento se dê durante o período do benefício.

(E) Nos processos de competência do Juizado Especial Criminal, o juiz leigo tem competência plena para todos os atos.

29. Assinale a afirmativa **correta**.

(A) Em razão de a Lei 9.296/96 autorizar a prorrogação da interceptação telefônica por mais quinze dias, nada obsta que o juiz, de início, já estabeleça o prazo de trinta dias para sua realização.

(B) O investigado e seu advogado não têm direito de ter vista dos autos da interceptação telefônica em curso, ao contrário do que ocorre em relação aos autos do inquérito policial.

(C) A Lei 9.296/96 permite que a interceptação telefônica seja deferida judicialmente para localizar réu foragido, em razão da existência de mandado de prisão já expedido.

(D) Não pode o Ministério Público requerer interceptação telefônica para elucidação de fato objeto de investigação criminal por ele mesmo presidida.

(E) O pedido de interceptação telefônica deverá ser sempre formulado por escrito à autoridade judicial, ocasião em que o requerente manifestará claramente as razões de sua necessidade.

30. Assinale a afirmativa **correta**.

(A) O protesto por novo júri poderá ser interposto sempre que o réu for condenado a uma pena igual ou superior a vinte anos, seja pela prática de um único crime doloso contra a vida, seja pelo somatório das penas aplicadas, em razão da existência de outros crimes conexos a ele.

(B) O reexame necessário, também chamado de recurso de ofício, tem sua origem no sistema acusatório.

(C) Nos crimes sujeitos a procedimento comum, o prazo para a interposição de embargos declaratórios é sempre de dois dias, seja contra decisão proferida pelo juízo de primeiro grau, seja contra decisão proferida pelo juízo de segundo grau.

(D) Ao assistente de acusações, habilitado em processo de competência do tribunal do júri, o prazo para a interposição de recurso em sentido escrito, contra a decisão de impronúncia, será de quinze dias.

(E) As razões de apelação sempre deverão ser apresentadas perante o juiz de primeiro grau, jamais podendo ser apresentadas em segundo grau, após a remessa dos autos ao Tribunal.

GRUPO II - A - DIREITO CIVIL

31. Assinale a alternativa correta. Os direitos de personalidade são

(A) intransmissíveis e irrenunciáveis, embora passíveis de limitação voluntária.

(B) intransmissíveis, irrenunciáveis e insuscetíveis de limitação, ainda que legal.

(C) intransmissíveis, irrenunciáveis, e insuscetíveis de limitação voluntária.

(D) intransmissíveis, exceto por *causa mortis*, irrenunciáveis e insuscetíveis de limitação voluntária.

(E) intransmissíveis, renunciáveis e suscetíveis à limitação legal.

32. Em se tratado de incapacidade, é correto dizer que a incapacidade relativa.

(A) importa em irresponsabilidade do menor, ainda que ele tenha ocultado sua idade para obter vantagem ilícita.

(B) importa em anulabilidade do ato jurídico praticado, ainda que o menor tenha ocultado a sua idade quando da sua realização.

(C) importa em nulidade do ato jurídico praticado, ainda que o menor tenha ocultado a sua idade quando da sua realização.

(D) acarreta a anulabilidade dos atos praticados pelo menor sem a devida representação legal.

(E) acarreta a nulidade dos atos praticados pelo menor sem a devida representação legal.

33. A função de curador das fundações exercida pelo Ministério Público

(A) compete ao Ministério Público Estadual mesmo que a fundação funcione em mais de um Estado da Federação.

(B) inclui o dever de elaborar os estatutos da fundação que funcionar no seu Estado.

(C) compete ao Ministério Público Estadual quando funcione apenas no seu Estado.

(D) inclui o dever de elaborar os estatutos da fundação que funcionar em mais de um Estado, somente em relação à parte que tenha sede neste Estado.

(E) compete ao Ministério Público Federal se funcionar em mais de um Estado.

34. A desconsideração da personalidade jurídica poderá ocorrer em caso de

(A) abuso da personalidade jurídica e importa na nulidade dos atos praticados nesta condição.

(B) desvio de finalidade e importa em anulabilidade dos atos praticados nesta condição.

(C) confusão patrimonial e importa em nulidade dos atos praticados nesta condição.

(D) abuso da personalidade jurídica e importa em ineficácia dos atos praticados nesta condição.

(E) abuso da personalidade e importa em anulabilidade dos atos praticados nesta condição.

35. A nulidade do negócio jurídico caracteriza-se por ser

(A) imprescritível e decretável de ofício apenas se os envolvidos forem menores.

(B) insanável e decretável de ofício apenas se incidir sobre direitos indisponíveis.

(C) insanável e decretável de ofício em qualquer situação.

(D) imprescritível e decretável apenas se o interessado alegar ou, havendo menores, o Ministério Público o fizer.

(E) insanável e decretável de ofício se tratar de direitos disponíveis.

36. É causa interruptiva da prescrição

(A) o fato de os litigantes contraírem matrimônio.

(B) a pendência de condição suspensiva.

(C) a existência de ação de evicção.

(D) o trâmite de ação penal da qual dependa a ação cível.

(E) a constituição do devedor em mora.

37. Em se tratando de ato ilícito, é correto dizer-se que

(A) decorre de conduta dolosa ou culposa do agente, mas apenas se este for maior e capaz.

(B) se decorrer de violação contratual depende apenas da demonstração de culpa do agente.

(C) não ocorrerá se for praticado por conta de perigo iminente, ainda que exceda os limites necessários à remoção do perigo.

(D) não ocorrerá se fruto do exercício regular de um direito, desde que dentro dos limites da boa-fé e da fundação social e econômica do direito.

(E) independente da capacidade do sujeito para se configurar, mas depende da capacidade se necessitar de conduta dolosa para se configurar.

38. A resolução por onerosidade excessiva da prestação

(A) afeta as prestações passadas, mesmo as anteriores à citação em demanda resolutória, e futuras.

(B) permite a revisão do contrato, caso haja oferecimento de parte do réu.

(C) não atinge os contratos unilaterais.

(D) pode ser alegada pelo devedor, ainda que o fato lhe seja imputável, desde que seja imprevisível.

(E) aplica-se tanto nos contratos de execução imediata quanto nos de execução diferida.

39. É correto afirmar que os vícios redibitórios.

(A) podem ser alegados, ainda que o alienante desconheça a sua existência.

(B) geram direito às perdas e danos, ainda que o alienante desconheça a sua existência.

(C) ocorrem tanto no caso de vícios ocultos quanto aparentes, desde que alegados no prazo legal.

(D) geram ação redibitória cujo prazo prescricional é de cento e oitenta dias a contar da entrega nos bens móveis e da posse nos imóveis.

(E) geram ação redibitória ou estimatória cujo prazo prescricional é de cento e oitenta dias a contar da entrega nos bens móveis e da posse nos imóveis.

40. É correto afirmar que o contrato de doação, se realizado com encargo, permite que o Ministério Público exija o seu cumprimento caso

- (A) o donatário seja menor.
- (B) o encargo seja de interesse geral, e o doador tenha falecido.
- (C) o encargo seja de interesse geral, e o doador tenha ficado inerte após vencido o prazo de cumprimento do encargo.
- (D) o encargo seja de interesse de terceiros, e o doador tenha falecido.
- (E) o encargo seja de interesse geral, e o donatário tenha falecido.

41. É correto afirmar que a posse de boa-fé

- (A) não gera, embora esseje pretensões ao seu titular, direito à retenção do bem.
- (B) mantém este caráter ainda que haja sucessão na posse.
- (C) gera direito aos frutos pendentes no momento em que cessar a boa-fé.
- (D) impõe, embora enseje pretensões ao seu titular, o dever de indenizar as deteriorações da coisa, ainda que seja natural.
- (E) importa em presunção de justiça da posse.

42. Em relação à propriedade, assinale a alternativa correta.

- (A) Ela deve, para respeitar a função social, atender, além da produtividade, itens de respeito ao meio ambiente.
- (B) Respeitada a função social, o proprietário pode praticar atos que não tenham comodidade, ainda que prejudiquem terceiros.
- (C) A propriedade do subsolo abrange as jazidas e mananciais energéticos cuja exploração depende de autorização do Poder Público.
- (D) Ela pode adquirir-se pela descoberta.
- (E) A propriedade adquirida por usucapião, para quem tem boa-fé e justo título, pode ter esse prazo reduzido se o objetivo tiver sido utilizado como moradia do usucapiente.

43. No tocante à tutela, é correto afirmar que

- (A) a escolha compete ao juiz, após ser ouvido o Ministério Público, havendo designação de mais de um tutor no testamento.
- (B) a perda da administração dos próprios bens é causa para a não nomeação do tutor mas não para sua exoneração se demonstrar que a exerce de forma adequada.
- (C) a nomeação judicial de tutor ocorrerá nos casos de ausência de eleição testamentária, inidoneidade, exclusão ou escusa, bem como no caso de menores abandonados.
- (E) o fato de já exercer uma tutela não é causa para escusa de nova tutela.

44. Quanto à união estável, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplicam-se à união estável os impedimentos aplicáveis ao casamento, exceto o de já serem casadas, se houver separação de fato.
- (B) Aplica-se à união estável a causa suspensiva do matrimônio que impede o casamento entre tutor e tutela.
- (C) O Código Civil de 2002 não manteve a distinção entre união estável e concubinato.
- (D) As relações patrimoniais na união estável devem ser reguladas por contrato entre as partes.
- (E) Por não constituir entidade familiar, a união estável não impõe aos companheiros os deveres pessoais do matrimônio.

45. Quanto à relação obrigacional de alimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Na relação obrigacional de alimento, o valor da pensão pode ser afeta pela culpa do alimento.
- (B) Na ordem de sucessão dos alimentos, os irmãos germanos precedem os unilaterais.
- (C) As obrigações do alimento, por serem personalíssima, não se transmitem aos seus herdeiros.
- (D) Decorrente da separação judicial não se leva em consideração o elemento culpa para a sua fixação.
- (E) Os eventuais créditos podem ser objetos de cessão, ainda que não possam ser objeto de renúncia.

GRUPO II - B - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. Não compõe o devido processo legal processual civil brasileiro:

- (A) o direito fundamental à paridade de armas.
- (B) o direito fundamental ao duplo grau jurisdição.
- (C) o direito fundamental à publicidade do processo.
- (D) o direito fundamental à motivação das decisões judiciais.
- (E) o direito fundamental ao contraditório.

47. É correto afirmar que a jurisdição no Estado Constitucional

- (A) identifica-se como uma atividade que se esgota na mera declaração do direito do demandante.
- (B) deve ser compreendida na perspectiva dos direitos fundamentais materiais e processuais e implica dever de o órgão jurisdicional compreender a legislação processual na dimensão da Constituição.
- (C) acarreta dever de o órgão jurisdicional aplicar a lei processual, ainda que eivada de inconstitucionalidade material.
- (D) não implica dever de órgão jurisdicional suprir a omissão inconstitucional por insuficiência de proteção da legislação infraconstitucional.
- (E) deve-se desenvolver como uma atividade axiologicamente neutra e descomprometida com a efetiva proteção dos direitos.

48. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A teoria abstrata da ação entende que a ação é um direito a um julgamento favorável.
- (B) A teoria concreta entende que todos têm direito de ação, independentemente de ter razão quanto ao direito matéria alegado em juízo.
- (C) A teoria eclética da ação entende que ter ação direito ao processo e a um julgamento de mérito.
- (D) A teoria imanentista da ação entende que a ação é contra o Estado.
- (E) A teoria abstrata entende que a ação se exerce sempre contra o adversário.

49. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A competência para a execução de títulos extrajudiciais vai determinada, exclusivamente, pelo critério funcional horizontal.
- (B) A competência fixada em função do critério territorial não pode ser modificadas pelas partes.
- (C) A conexão não determina a reunião das ações se uma delas já foi julgada por sentença de primeiro grau.
- (D) Não existe, no Direito brasileiro, nenhuma hipótese de competência internacional concorrente.
- (E) A competência para homologação da sentença estrangeira é do Superior Tribunal de Justiça, e a sua execução compete à Justiça Estadual do local em que estiveram localizados os bens do demandado.

50. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A sentença é o ato do juiz que extingue o processo, resolvendo ou não o mérito da causa.
- (B) A desistência da ação e a desistência do recurso só produzirão efeitos depois de homologadas judicialmente.
- (C) Correrão da intimação os prazos para o Ministério Público.
- (D) A citação torna, sempre, prevendo o juízo.
- (E) Os despachos de expediente não podem ser prolatados pelo escrivão em nenhuma hipótese.

51. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) As máximas de experiência confundem-se, no Direito brasileiro, com os notórios judiciais.
- (B) O conceito de relevância da prova não se confunde com o problema da valoração da prova.
- (C) As regras sobre o ônus da prova são regras de instrução, não desempenhado, no direito brasileiro, função de regras de julgamento.
- (D) A jurisprudência brasileira não conhece nenhum caso de aplicação da teoria da carga dinâmica da prova.

(E) A ação de asseguaração de provas e a produção antecipada de provas são providências com idêntica natureza, consoante observa a doutrina brasileira dominante.

52. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O Ministério Público, quando participa como parte, não está sujeito ao ônus de antecipação das despesas processuais em nenhuma hipótese.
- (B) No processo de mandado de segurança, o Ministério Público participa obrigatoriamente como representante da autoridade coatora, tendo por função a defesa do ato impugnado.
- (C) É obrigatória a intervenção do Ministério Público no processo de execução fiscal.
- (D) O interesse público que autoriza a participação do Ministério Público no processo civil brasileiro como *custos legis* é o interesse público primário, não o autorizando o interesse público secundário.
- (E) Funcionando como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público está sujeito ao dever de antecipar as despesas processuais.

53. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A tutela inibitória visa a inibir a ocorrência de um dano.
- (B) A concessão da tutela ressarcitória

56. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A adjudicação não figura como meio expropriatório no Direito brasileiro.
- (B) Em sendo o caso, o juiz tem o dever de ordenar a penhora eletrônica, não havendo aí mera faculdade judicial.
- (C) O princípio da colaboração não teve qualquer influência na reforma executiva propiciada pela Lei n. 11.382, de 2006.
- (D) A arrematação em praça ou leilão é o meio expropriatório preferencial no Direito brasileiro.
- (E) A interposição de embargos à execução suspende o feito executivo.

57. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A sentença condenatória é auto-suficiente.
- (B) A sentença declaratória e a sentença construtiva são não-auto-suficientes.
- (C) O cumprimento da sentença pode se dar por meios sub-rogatórios ou por meios coercitivos.
- (D) Multa coercitiva é sinônimo de multa sancionatória.
- (E) Para tutela do direito à coisa o direito brasileiro prevê a sentença desconstitutiva.

58. Assinale a alternativa **correto**.

- (A) O Direito brasileiro prevê hipótese de antecipação de tutela baseada na evidência, desvinculadas totalmente da urgência.
- (B) Não existe, no Direito brasileiro, qualquer hipótese de fungibilidade entre as tutelas de urgência.
- (C) Todas as decisões provisórias são cautelares.
- (D) Comete atentado aquele que inova, ainda que com razão, o estado de fato da lide.
- (E) O processo possessório tem cognição plenária e sumária.

59. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) No mandado de segurança, há sempre coisa julgada em sentido material.
- (B) Na ação civil pública só se podem tutelar direitos individuais homogêneos.
- (C) O procedimento da ação de prestação de contas é trifásico.
- (D) Não cabe reconvenção no processo monitorio.
- (E) No processo do mandado de segurança, há eficácia imediata da sentença de procedência.

60. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O juiz não pode impor multa coercitiva de ofício para concessão da tutela inibitória.
- (B) O juiz pode, ainda que não haja pedido da parte, converter o pedido de tutela específica em tutela pelo equivalente monetário.
- (C) O arresto e o seqüestro são exemplos típicos de tutelas satisfativas de urgência.
- (D) É possível antecipar a tutela jurisdicional com base na verossimilhança das alegações do demandante, desde que fundadas em prova inequívoca e desde que haja a possibilidade de reversão do resultado do provimento jurisdicional.
- (E) A tutela antecipada, em qualquer hipótese, está fundada em cognição parcial e exauriente.

GRUPO III - A - DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, ELEITORAL E DIREITOS HUMANOS.

61. Sobre Poder Constituinte Derivado afirma-se que sofre limitações de várias ordens. É correto afirmar que a Constituição Federal

- (A) não pode ser reformada em caso de guerra declarada.
- (B) pode ser alterada por emendas constitucionais qualquer que seja a matéria.
- (C) não pode ser emendada durante a intervenção federal, o estado de sítio e o estado de necessidade.
- (D) pode ser emenda por iniciativa do Presidente do Congresso Nacional.

(E) exige para sua reforma a discussão e votação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, sendo aprovada se obtiver três quintos dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em ambos os turnos e será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

62. Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional podem propor

- (A) ação popular e mandado de segurança coletivo.
- (B) ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, desde que demonstrado o vínculo de pertinência temática.
- (C) edição, revisão e cancelamento de súmula vinculante.
- (D) ação civil pública e argüição de descumprimento de preceito constitucional.
- (E) incidente de inconstitucionalidade nos tribunais.

63. O presidente da República poderá adotar medidas provisórias

- (A) em caso de relevância e urgência, não sendo dado ao Congresso Nacional avaliar estes requisitos constitucionais.
- (B) devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, onde se instaura o processo legislativo de conversão em lei das medidas provisórias, que pode ter início no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados.
- (C) que perdem eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias prorrogáveis por mais sessenta dias, devendo o Congresso Nacional, disciplinar, por Resolução, as relações jurídicas delas decorrentes.
- (D) sendo vedada sobre matéria relativa a direito processual penal e civil.
- (E) que revogam, imediatamente, a legislação anterior.

64. Sobre processo legislativo, é correto afirmar que

- (A) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão na Câmara dos Deputados.
- (B) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao senado federal.
- (C) as leis complementares serão aprovadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas Legislativas.
- (D) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados ou ao Senado federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.
- (E) a matéria constante de projeto de lei rejeitados não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.

65. As normas constitucionais de eficácia contida

- (A) somente produzem efeitos após a edição de normas complementares.
- (B) dependem, para produzir eficácia plena, da disciplina legal.

- (C) ingressam no mundo jurídico com eficácia imediata e plena.
- (D) admitem lei ordinária impedindo sua eficácia.
- (E) não produzem nenhuma eficácia jurídica.

66. Assinale a assertativa **correta**.

- (A) O controle de constitucionalidade, em nosso ordenamento jurídico, é exclusivamente efetuado pelo Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição Federal, na forma da Lei.9.868/99.
- (B) A lei municipal que contraria a Constituição Federal, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, processada e julgada perante o Tribunal de Justiça Estadual.
- (C) A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta pelo Governador de Estado, desde que presente o requisito da pertinência temática.
- (D) O controle de constitucionalidade das leis e atos normativos pode ser efetuado por controle difuso, quando qualquer juiz de primeiro grau, inclusive juizados especiais podem afastar a aplicação de uma norma.
- (E) A arguição de descumprimento de preceito fundamental somente poderá ter por objeto leis ou atos normativos federais.

67. Sobre as prerrogativas que Constitui Federal outorga aos parlamentares, é correto afirmar que

- (A) os deputados e senadores possuem somente imunidade material.
- (B) os vereadores possuem imunidade material e formal.
- (C) os senadores somente podem ser processados e julgados com a prévia autorização do Congresso Nacional.
- (D) extinto o mandato, o Senador será julgado pelo juiz singular, nos crimes comuns, não importando a época do crime.
- (E) se o crime for cometido durante o exercício funcional, o Deputado Federal será julgado pelo Supremo tribunal Federal, mesmo após extinto o mandato.

68. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O direito ao sigilo bancário constitui direito fundamenta, de caráter absoluto, não existindo possibilidade de sua quebra.
- (B) O direito ao sigilo bancário, como expressão da garantia da intimidade do cidadão, somente pode ser afastado por Comissão Parlamentar de Inquérito, se devidamente autorizada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) O sigilo bancário somente pode ser afastado para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) O sigilo bancário é um direito individual, de caráter relativo, e que pode ser afastado por Comissão Parlameta de Inquérito.
- (E) Parlamentar que detém inviolabilidades constitucionais não pode ter seu direito ao sigilo bancário afastado.

69. São inelegíveis

- (A) os inalistáveis e os analfabetos.
- (B) os maiores de setenta anos.
- (C) os militares alistáveis.
- (D) os brasileiros naturalizados.
- (E) os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos.

70. No sistema constitucional brasileiro, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, que deverão observar os seguintes princípios

- (A) direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- (B) prestação de contas aos tribunais de contas da União ou dos Estados.
- (C) aquisição da personalidade jurídica com o registro de seus estatutos perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) possibilidade de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- (E) personalidade jurídica de direito público.

71. A respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) O alistamento eleitoral e a filiação partidária garantem aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a elegibilidade.
- (B) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (C) A improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º, da Constituição Federal é causa de suspensão dos direitos políticos.
- (D) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado, do Distrito Federal e Territórios devem renunciar aos respectivos mandatos até seus meses antes do pleito.
- (E) Admite-se a cassação, suspensão ou perda de direitos políticos.

72. Na ação popular, é dado ao Ministério Público.

- (A) propor a ação, quando houver lesão ao patrimônio público.
- (B) assumir a defesa do ato administrativo impugnado, ou de seus autores.
- (C) assumir o pólo ativo da demanda, se houver desistência do autor e a presença de interesse público.
- (D) acompanhar a ação, na qualidade de *custus legis*, mas jamais poderá opinar pela sua improcedência.
- (E) silenciar, não lhe sendo aplicadas as penas da revelia.

73. A respeito da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) atos lícitos, ilícitos ou omissões podem ensejar o pagamento de indenização.
- (B) a vítima deve comprovar a existência do dano, nonexo casual e a ausência de culpa.

- (C) a Constituição Federal adota a responsabilidade objetiva, com base na teoria de risco integral.
- (D) são causas excludentes de responsabilidade do Estado apenas o caso fortuito e a força maior.
- (E) se exige que o ato danoso tenha sido praticado por agente público.

74. A exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, para a investidura de cargo ou emprego público.

- (A) gera ao aprovado direito adquirido à nomeação.
- (B) não admite a reserva de percentual de cargos ou empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- (C) está vinculada ao princípio constitucional da impessoalidade.
- (D) é incompatível com a existência de prazo de validade para os concursos públicos.
- (E) admite a convalidação do vício da ausência de concurso público, por necessidade de serviço.

75. A ação de improbidade, prevista no art. 37, § 4º, da Constituição Federal,

- (A) ser promovida por qualquer cidadão.
- (B) é imprescritível.
- (C) possui natureza cível ou penal, conforme o ato praticado.
- (D) exige a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- (E) Independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.

76. A Lei nº 8.429/92 que regula a ação de improbidade, dentre as penas previstas, sujeita o responsável pelo ato de improbidade às seguintes sanções:

- (A) inabilitação para o exercício de função pública, por oito anos.
- (B) cassação dos direitos políticos e pagamento de multa civil.
- (C) perda do mandato e dos direitos políticos.
- (D) proibição de contratar com o Poder Público.
- (E) perda da função pública e indisponibilidade dos bens.

77. A natureza jurídica específica do tributo é determinada

- (A) pelo fato gerador da respectiva obrigação.
- (B) pela dominação legal.
- (C) pela destinação legal do produto de sua arrecadação.
- (D) pelas características formais adotadas pela lei.
- (E) pelo órgão arrecadador.

78. Os créditos tributários devem ser inscritos em dívida ativa da Fazenda Pública. Do termo de inscrição em dívida ativa extrai-se a certidão de dívida ativa. Assinale a assertativa correta.

- (A) A inscrição em dívida ativa gera a presunção absoluta de certeza e liquidez do crédito tributário.
- (B) A certidão de dívida ativa é título executivo judicial necessário para aparelhar a execuções fiscal.
- (C) A nulidade da inscrição pode ser senada até a decisão de primeira instância, nas execuções fiscais.
- (D) A ação de execução fiscal deverá ser proposta no domicílio do executado, deslocando-se a competência se houver mudança de domicílio após propositura da ação.
- (E) Na ação de execução fiscal não se admite a exceção de pré-executividade.

79. No Direito Constitucional brasileiro os tratados internacionais sobre direitos humanos

- (A) terão sempre hierarquia de lei ordinária.
- (B) são recepcionados de forma direta e imediata no ordenamento jurídico interno.
- (C) exigem aprovação prévia do Congresso nacional.
- (D) serão equivalentes às normas constitucionais se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (E) terão hierarquia de norma constitucional, qualquer que seja o processo legislativo de recepção.

80. A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela ONU, em 1948,

- (A) trata das liberdades públicas, elencando os direitos civis e políticos, mas não cuida dos direitos sociais, econômicos e culturais.
- (B) faz surgir um conceito de direitos humanos fundado no respeito à dignidade da pessoa humana.
- (C) permite afirmar que direitos humanos são aqueles reconhecidos pelos ordenamentos jurídico-constitucionais.
- (D) tem a natureza jurídica de um tratado internacional.
- (E) não tem qualquer valor normativo, sendo totalmente destituído de eficácia jurídica.

GRUPO III - B - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DIREITO AMBIENTAL, DIREITO DO CONSUMIDOS, DIREITO SANITÁRIO E LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

81. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A legitimação ativa para as ações coletivas é exclusivamente disjuntiva.

- (B) São legitimados à ação civil pública o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, a autarquia, a empresa pública, a fundação, a sociedade de economia mista e todas as associações civis.
- (C) Verificada a ausência do requisito implícito da *pertinência temática* entre as finalidades institucionais do autor da ação coletiva e o objeto litigioso, não poderá o Ministério Público assumir a titularidade ativa.
- (D) Os interesses e direitos individuais homogêneos só poderão ser articulados em juízo por seus legitimados ordinários, em litisconsórcio ativo necessário.
- (E) Em determinadas hipóteses, os órgãos públicos desprovidos de personalidade jurídica também são legitimados à proposição de ação civil pública.

82. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) A ação civil pública é a única via para a defesa interesses e direitos coletivos *lato sensu* em juízo.
- (B) Qualquer interesse difuso ou coletivo poderá ser objeto de ação civil pública.
- (C) A condenação em dinheiro e a imposição de obrigações de fazer ou não-fazer são os únicos provimentos judiciais admitidos nas ações coletivas.
- (D) Tendo em vista a existência de interesse público em todas as ações coletivas, é vedada a antecipação de tutela.
- (E) Sempre que houver sentença de improcedência em ação civil pública, não haverá condenação da parte autora ao pagamento de honorários, custas e despesas processuais.

83. Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Na tutela de interesses difusos e coletivos, somente o Ministério Público poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- (B) Independentemente de qualquer justificativa, poderá o Ministério Público desistir de ação civil pública ajuizada, já que é o único dos legitimados a ter disponibilidade sobre o conteúdo material da lide.
- (C) O descumprimento de obrigação advinda de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais viabiliza o ajuizamento de ação de execução de título extrajudicial, ficando dispensada a ação de conhecimento.
- (D) Não se admite que o Ministério Público figure em juízo em litisconsórcio.
- (E) Qualquer um dos legitimados à ação civil pública poderá instaurar inquérito civil.

84. Leia com atenção as seguintes assertativas:

| - O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído em caso de abuso de poder, ocasião em que a iniciativa caberá ao Conselho Superior do Ministério Público.

|| - A Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado,

para mandato de dois anos, dentre, apenas, os Procuradores de Justiça, indicados em lista tríplice.

||| - Excepcionalmente, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, poderá o Procurador-Geral de Justiça autorizar membro do Ministério Público a residir fora da sede da comarca de sua lotação.

IV - O Colégio de Procuradores de Justiça pode propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de serviços auxiliares.

Pode-se dizer que estão **corretas** apenas as assertivas

- (A) | e IV
- (B) I e |||
- (C) || e IV
- (D) | e II
- (E) ||| e IV

85. Em relação às questões institucionais, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Nos dois primeiros anos do exercício do cargo, o Promotor de Justiça terá o trabalho examinado pelos órgãos da administração superior do Ministério Público, mediante a verificação dos requisitos de idoneidade moral, disciplina, dedicação e equilíbrio, ocasião em que, originalmente, o Colégio de Procuradores de Justiça apreciará cada um dos requisitos acima indicados.

(B) A reintegração, decorrente de sentença transitada em julgado, é o retorno de membro do Ministério Público ao cargo, não valendo este período como tempo de serviço, embora passível de indenização.

(C) O aproveitamento é retorno do membro do Ministério Público, em disponibilidade, após inspeção médica, ao exercício funcional.

(D) O Membro do Ministério Público que houver sido punido disciplinarmente com censura poderá obter do Conselho Superior do Ministério Público o cancelamento das respectivas notas constantes de sua ficha funcional, decorridos dois anos do trânsito em julgado da decisão que as aplicou, desde que nesse período não haja sofrido outra punição disciplinar.

(E) Para fins de concurso para o ingresso na carreira do Ministério Público não serão admitidos, no cômputo de atividade jurídica, curso de pós-graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação ainda que estejam integralmente concluídos e com aprovação.

86. Leia com atenção as seguintes assertivas:

| - As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.

|| - A autonomia funcional e administrativa que o Ministério Público detém asseguram que a Instituição possa deflagrar projetos relativos aos planos de carreira e aos vencimentos de seus membros e servidores.

III - A inamovibilidade, garantia dos membros do Ministério Público, pode ser afastada apenas pelo interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria simples de seus membros, assegurada ampla defesa.

IV - As remoções, que não sejam por Antigüidade, nas carreiras do Ministério Público, serão realizadas em sessão pública, mediante votação aberta e nominal, sendo desnecessária, todavia, fundamentação dos Conselheiros.

Pode-se dizer que estão **corretas** apenas as assertivas

- (A) I e II
- (B) II e IV
- (C) III e IV
- (D) II e III
- (E) I e IV

87. Sobre a responsabilidade administrativa ambiental é correto afirmar:

- (A) A competência comum permite que mais de um ente federado exerça seu poder de polícia, mais de uma vez, sobre o mesmo fato.
- (B) A celebração de termo de ajustamento de conduta onde estabelecidas as condições da reparação do dano ambiental veda a imposição de sanção de ordem administrativa.
- (C) Independe do dano ambiental para a sua caracterização.
- (D) O fato da degradação atingir bem de domínio da União é suficiente para determinar que apenas o IBAMA atue, por força do princípio da domanialidade.
- (E) Exige-se a necessária relação entre os conceitos de poluidor (art. 3º, inclusive IV, Lei nº 6.938/81) e de transgressor para a sua verificação.

88. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O termo de ajustamento de conduta tem como princípios orientadores o da indisponibilidade mitigada dos interesses tutelados, o do poluidor-pagador e o da prevalência da reparação *in natura*.
- (B) A celebração do termo de ajustamento de conduta onde acertada a indenização impede que se busque, mediante ação civil pública, a integralização da reparação dos danos.
- (C) O inquérito civil é procedimento e, e por isso mesmo, sujeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- (D) A licitude da atividade e a existência de licenciamento ambiental válido são causas de exclusão da responsabilidade civil ambiental.
- (E) A reparação do dano ambiental é apenas de natureza patrimonial.

89. Assinale a opção **correta**.

- (A) O causador do dano ambiental que atinge determinado manancial também utilizado por determinada pessoa para suas atividades agro-industriais responde

de forma objetiva pelo dano a comunidade e de modo subjetivo perante o particular.

(B) A construção de um hotel, autorizada pela municipalidade, que está sendo edificado em área de preservação permanente, deve ser embargada pela autoridade ambiental, haja vista a violação dos preceitos legais.

(C) As áreas de preservação permanente e as reservas legais contidas em imóveis abrangidos pela criação de uma unidade de conservação não devem ser indenizadas, porque já não permitiam suas explorações comerciais pelos proprietários.

(D) A natureza jurídica da licença ambiental, concedida, inclusive, após a realização de estudo de impacto ambiental, impede a sua cassação pela autoridade administrativa ante seu caráter absoluto e imutável.

(E) Conjunto arquitetônico pertencente à determinada empresa, tombado pelo patrimônio histórico, mas que estava em situação parcial de ruína, pode ser objeto de demolição de um dos seus prédios exatamente porque a proteção do bem cultural somente pode ser invocada para garantir-lhe a integral higidez e para impedir a plena demolição ou destruição.

90. Indique a resposta **correta**.

(A) O estudo de impacto ambiental, imposição de mandamento constitucional de viés nitidamente preventivo, deve ser realizado sempre que a obra ou atividade for potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, hipóteses essas taxativamente prevista na Resolução CONAMA 237/97.

(B) Tanto quanto as responsabilidades civil e administrativa, na exata dicção do artigo 225, § 1º, da Lei nº 6.938/81, penal também é de natureza objetiva.

(C) A política urbana, como constitucionalmente concebida, atenta aos critérios do interesse local, atribui aos municípios a competência para estabelecer princípios e diretrizes sobre habitação, saneamento básico e desenvolvimento urbano.

(D) A incidência, à determinada situação fática, do princípio do usuário-pagador impede que se lance mão, ao mesmo fato, do princípio do poluidor-pagador, haja vista o princípio do *non bis in idem*.

(E) A integral reparação do dano ambiental, além das medidas de natureza administrativa e criminal, impõem a reparação *in situ*, a compensação ecológica e a indenização.

91. Entre as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso de ameaça ou violação de direitos reconhecidos na citada lei, é de aplicação exclusiva do juiz

(A) o abrigo em entidade.

(B) a matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

(C) a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras em família substituta.

(D) a colocação em família substituta.

(E) o encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.

92. Sobre as medidas socioeducativas, é correto afirmar que

(A) a liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser revogada ou substituída por outra medida.

(B) o prazo máximo de internação é de três anos e quarenta e cinco dias, já que o tempo de internação provisória previsto pode ser somado ao tempo máximo de internação, que é de três anos.

(C) a prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período mínimo de seis meses, em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

(D) o regime de semiliberdade somente pode ser determinado na forma de progressão ou regressão de medida anteriormente aplicada.

(E) a medida de internações poderá ser aplicada em razão de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, e, nesse caso, não poderá ultrapassar o prazo de três meses.

93. Sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, é correto afirmar que

(A) é proibido o trabalho a menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

(B) para configurar caráter educativo não pode o adolescente receber remuneração pelo trabalho efetuado.

(C) é possível o trabalho noturno (realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte) do adolescente aprendiz, desde que não seja prejudicial a sua formação.

(D) são assegurados ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, os direitos trabalhistas e previdenciários.

(E) se considera aprendizagem todo tipo de formação, mesmo que desvinculadas das diretrizes da legislação de educação em vigor.

94. Assinale a alternativa **correta**.

(A) É infração administrativa, segundo o ECA, impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função.

(B) É permitida a hospedagem de adolescente em hotel, independente de estar acompanhado pelos pais ou responsável ou autorizado por esses.

(C) É possível criança viajar para fora da comarca onde reside, sem autorização judicial se estiver acompanhada do avô, comprovado documentalmente o parentesco.

(D) É crime, segundo o ECA, descumprir, dolosa ou culposa, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda.

(E) Não há vedação legal para que irmãos sirvam no mesmo Conselho Tutelar.

95. Com relação do Direito do Consumidor, assinale a alternativa correta.

(A) A garantia legal pode ser limitada a determinadas condições. Para tudo, deve o fornecedor informar, com destaque, no contrato esses limites.

(B) O termo inicial para contagem do prazo decadencial para os vícios ocultos é a data da entrega (tradução) ou da conclusão dos serviços.

(C) Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou término da execução dos serviços.

(D) Em face do critério da inversão do ônus da prova, caberá ao fornecedor provar que o consumidor não efetuou a reclamação no prazo legal, situação que levará ao reconhecimento da decadência desse direito.

(E) A mera instauração de inquérito civil, pelo Ministério Público, não obsta a decadência.

96. É correto afirmar que o Ministério Público tem legitimidade para fazer o controle das cláusulas abusivas, segundo o Código de Defesa do Consumidor, se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores.

(A) ou por consumidor individualmente, ainda que diga respeito apenas a um contrato particular.

(B) e desde que o contrato em que ela estiver inserida for um contrato de adesão.

(C) e apenas na via administrativa, por inquérito civil.

(D) e desde que a cláusula atinja interesses coletivos ou difusos.

(E) ou por consumidor individualmente desde que a cláusula atinja interesses coletivos ou difusos.

97. Assinale a alternativa **correta**.

(A) No Código de Defesa do Consumidor, o Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará, em casos excepcionais, como fiscal da lei.

(B) No Código de Defesa do Consumidor, é permitida a utilização da denúncia da lide e do chamamento ao processo, uma vez que o direito de indenização do consumidor é fundado na responsabilidade objetiva.

(C) O juiz não poderá, no Código de Defesa do Consumidor, adiantar a tutela de mérito, mesmo que haja justificado receio de ineficácia do provimento final.

(D) Em ação coletiva ajuizada na defesa dos consumidores por entidade legitimada, é facultativa a intervenção do Ministério Público.

(E) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, não haverá adiantamento de custas, emolumento, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.

98. Em um município do interior do Estado, cujo serviço de atendimento hospitalar (internações, cirurgias, etc.) é prestado por um hospital particular, vinculado ao SUS (Sistema Único de Saúde) por convênio, internou uma paciente,

portanto a devida A.I.H. (autorização de internamento hospitalar do SUS), na qual se constatou a necessidade de submetê-la a uma cirurgia. Examinada pelo cirurgião responsável pelo procedimento, este, após informar-lhe sobre a gravidade da situação, disse-lhe que só faria o procedimento cirúrgico após o pagamento de R\$ 500,00, pois prestava serviços para o hospital que é particular. Realizado o procedimento e pago o preço proposto, dias após, a paciente é informada de que, naquela AIH, fora cobrado o procedimento cirúrgico a que se submetera, bem como os honorários do médicos que o realizara. Na disciplina do SUS, em qual das alternativas abaixo o fato deve ser enquadrado?

- (A) Não houve qualquer irregularidade na medida em que o médico não era vinculado ao SUS e prestava serviços em um estabelecimento particular.
- (B) Houve mero ilícito civil, pois ocorreu dupla cobrança pelo mesmo procedimento, solucionando-se o caso com a devolução de um dos valores.
- (C) O fato descrito é conduta típica de concussão, art. 316 do Código Penal, pois a paciente, naquelas circunstâncias, não reunia condições de opor-se à exigência.
- (D) O procedimento é regular, porque a quantia paga pode ser considerada complementação da tabela do SUS que remunera muito mal este procedimento.
- (E) O fato não pode ser tipificado como crime contra a Administração Pública, pois o médico citado não é funcionário público.

99. Um paciente, acometido de moléstia grave e crônica, após consultar um médico de um serviço vinculado ao SUS, recebe uma prescrição contendo quatro medicamento sendo três relacionado na Portaria 2577/06 do Ministério da Saúde, que trata dos medicamentos de dispensação excepcional, um dos quais de altíssimo custo. O quarto medicamento, também de alto custo financeiro, não consta na portaria antes citada, nem nos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas da referida moléstia, porém, embora não fosse proporcionar a cura, segundo o médico assistente, iria dar maior conforto e qualidade de vida ao paciente. Considerando as diretrizes do SUS e, notadamente, a jurisprudência recente sobre o assunto, é correto afirmar-se que

- (A) não há dever do Estado em fornecer medicamentos por ausência de previsão legal, aliás, nem mesmo os planos de saúde privados o fornecem.
- (B) devem ser fornecidos pelo Estado os quatro medicamentos prescritos, pois uma das diretrizes do SUS é o atendimento integral (art. 198, II, CF/1988), e se é integral inclui o fornecimento de qualquer medicamento, independentemente do custo.
- (C) devem ser fornecidos os quatro medicamentos, porque saúde é um direito de todos e dever do Estado (art. 196 CF/88) e, segundo a Organização Mundial de Saúde, "saúde é o estado de mais completo bem-estar físico mental e social".
- (D) devem ser fornecidos apenas os dois medicamentos de menos custo, porque saúde é um direito social (art. 6º CF/88), não sendo razoável se comprometer altos montantes orçamentários com o atendimento de apenas um cidadão em detrimento dos demais.
- (E) devem ser fornecidos os três medicamentos constantes da Portaria 2577/06, pois nela está descrita a política nacional de medicamentos excepcionais, e o

dever do Estado de garantir saúde consiste na formulação e execução de políticas e econômicas e sociais que assegurem o acesso a serviço de promoção, proteção e recuperação da saúde (art. 2º, § 1º, da Lei 8080/90)

100. Para a proteção das pessoas portadores de sofrimento psíquico, novas atribuições foram dadas ao Ministério Público, por exemplo, no que tange à fiscalização de estabelecimentos de internação psiquiátrica. Nesse sentido é correto afirmar que é dever do responsável técnico pelo estabelecimento de internação psiquiátrica comunicar,

(A) em setenta e duas horas, ao Ministério Público Estadual, toda e qualquer internação psiquiátrica.

(B) em setenta e duas horas, ao Ministério Público Estadual, apenas as internações psiquiátricas compulsórias e involuntárias.

(C) em setenta e duas horas, ao Ministério Público Estadual, apenas as internações.

(D) em vinte e quatro horas, ao Ministério Público Estadual, apenas as internações psiquiátricas compulsórias.

(E) em vinte e quatro horas, ao Ministério Público Estadual, apenas as internações psiquiátricas em que não haja um parente próximo como responsável.



EDITAL Nº /07

MINISTÉRIO PÚBLICO
CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
DO ESTADO DO PIAUÍ
GABARITO DA PROVA PREAMBULAR

01	D	26	A	51	B	76	D
02	E	27	D	52	D	77	A
03	C	28	D	53	E	78	C
04	D	29	B	54	D	79	D
05	E	30	C	55	A	80	B
06	C	31	A	56	B	81	E
07	B	32	B	57	C	82	B
08	D	33	A	58	A	83	C
09	E	34	D	59	E	84	E
10	B	35	C	60	D	85	C
11	C	36	E	61	E	86	A
12	C	37	D	62	C	87	C
13	A	38	B	63	D	88	A
14	C	39	A	64	A	89	B
15	B	40	B	65	C	90	E
16	D	41	B	66	D	91	D
17	C	42	A	67	D	92	E
18	D	43	C	68	D	93	D
19	E	44	A	69	A	94	C
20	B	45	A	70	A	95	C
21	C	46	B	71	C	96	A
22	C	47	B	72	C	97	A
23	A	48	C	73	A	98	C
24	D	49	C	74	C	99	E
25	D	50	C	75	E	100	C

Teresina, 13 de agosto de 2007.

Dr. Emir Martins Filho
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Comissão do Concurso